

Livros e leitura em transição digital

Português

Enviado por: aquiasvalasco@seed.pr.gov.br

Postado em: 18/11/2011

Seja qual for o suporte da escritura, o Brasil e os países emergentes necessitam formar novos e verdadeiros leitores. Atingir esse objetivo é o que determinará o destino do livro em nossos países nos próximos anos. O que mais nos falta, o que verdadeiramente nos falta, são leitores, os novos e aqueles que precisamos reconduzir para a leitura.

Livros e leitura em transição digital O Brasil e suas contradições POR José Castilho Marques Neto
O tema – “Uma visão do livro para os próximos anos” – traz de maneira implícita a pergunta de inspiração filosófica: “o que me é dado esperar?”. Dentre os caminhos possíveis para elaborar essas respostas, escolhi aquele que ocupa posição determinante para que o livro continue tendo um papel indispensável no desenvolvimento cultural dos países e na vida das pessoas. Quero refletir sobre o papel do livro nos próximos anos, concentrando-me nos seus leitores e nos seus não leitores. Ou seja, na crise acumulada da ausência persistente de leitores. Esta escolha não é sem propósitos, mas resultado de uma conjuntura prolongada, de um tempo presente que nos abre uma enorme janela para superar essa situação e fomentar novos leitores. Vivemos tempos de riscos e perigos reais no que tange ao rebaixamento cultural da população, mas também tempos de grandes oportunidades para se aumentar em escala de política pública o mundo da leitura, universalizando-a. Olhar para os leitores implica expor com clareza o que entendo por leitura, o que considero o ato de ler. Muitos mestres já expuseram o significado dessa atividade exclusivamente humana, mas, sem deixar de lembrar a conhecida frase de Paulo Freire – “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” –, reproduzo o que está formulado no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) do Brasil e que espelha rigorosamente o que penso e defendo: A concepção de leitura é aquela que ultrapassa o código da escrita alfabética e a mera capacidade de decifrar caracteres, percebendo-a como um processo complexo de compreensão e produção de sentidos, sujeito a variáveis diversas, de ordens social, psicológica, fisiológica, linguística entre outras. Uma perspectiva mecanicista da leitura, que pretende reduzir o ato de ler à mera reprodução do que está no texto, tem sido um dos mais graves obstáculos para o desenvolvimento da leitura e da escrita. A leitura configura um ato criativo de construção dos sentidos, realizada pelos leitores a partir de um texto criado por outro(s) sujeito(s). Com essa definição compartilho a ideia de que ler não é um ato intuitivo, de respostas unívocas e espontâneas de nosso cérebro, nossa mente, nosso coração. Ler é uma construção, é um ato de trabalho intelectual e sensorial cuja plenitude é chegar ao gosto e ao prazer em se desfrutar a escritura de outro ser humano. Os que conquistaram o patamar do gosto pela leitura sabem o êxtase que é poder acompanhar o escritor no desenvolvimento de um raciocínio científico, de uma articulação intelectual, das incertezas de uma trama de traição, inveja, amor, paixão, felicidade. O prazer vem da compreensão, do entendimento de que o outro ao falar de si e do mundo, fala também de mim e para mim. Afinal, lemos para nós mesmos ao lermos os outros, na furiosa ansiedade de compreender o que somos nós e os outros. Com esta compreensão, volto ao texto já referido do PNLL: A leitura e a escrita são percebidas aqui como práticas essencialmente sociais e culturais, expressão da multiplicidade de visões de mundo, esforço de interpretação que se reporta a amplos contextos... E ao se referir a “amplos contextos”, o Plano que foi construído com a ajuda de centenas de especialistas e militantes da leitura no Brasil, remete-nos

a um determinado tempo, à temporalidade contemporânea que busca formar novos leitores. Tempo marcado pela urgência em fazer crescer intelectual e culturalmente milhões de pessoas até então marginalizadas por conta da exclusão social, econômica e cultural ou aquelas manipuladas pela substituição da maturidade intelectual pela eterna sensação de serem adultos infantilizados pela poderosa indústria do entretenimento. Tempo marcado pela dificuldade de encontrar pessoas bem formadas, capazes de assumir postos de trabalho qualificados, que acabam sendo fechados por tais limitações. Sofremos hoje, da imensa desculturalização de nossas gerações, com graves reflexos na qualidade de vida. Não é fácil formar verdadeiros leitores, leitores da palavra escrita, que se completam ao ter uma relação sensorial e de conhecimento com a escritura, principalmente quando tratamos do papel indispensável da leitura literária. Como nos ensinou outro mestre, Antonio Candido de Mello e Souza, a literatura auxilia a formação vertical do leitor porque possui três funções principais: [1] a capacidade que a literatura tem de alimentar nossa necessidade de ficção e fantasia; [2] sua natureza essencialmente formativa afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira bastante complexa e dialética, como a própria vida, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos; [3] seu potencial de oferecer ao leitor um conhecimento profundo do mundo, tal como faz, por outro caminho, a ciência. Se constatarmos que formar verdadeiros leitores não é uma tarefa fácil, cabe também a pergunta igualmente difícil: a sociedade quer realmente formar leitores, seres que formados podem se constituir em elementos fundamentais para a construção de países realmente democráticos, conscientes de seus direitos e deveres e exigentes com suas elites e seus governantes? Unanimidade dos analistas econômicos atuais, considerado um país que caminha firmemente para ser motriz de desenvolvimento para a região, distinguindo-se no debilitado cenário internacional dos países hegemônicos, o Brasil contemporâneo convive persistentemente com contradições históricas. Com sua trajetória de exclusão social, o país convive com as angústias de uma sociedade formada por elites discriminatórias e práticas sociais e culturais nascidas de uma sociedade escravocrata, que insiste em modernizar-se apenas no topo da pirâmide. Apesar das oportunidades do presente e também das necessidades de formar pessoas mais preparadas culturalmente, o que temos observado é o crescimento de uma parte da indústria editorial que parece almejar somente o lucro imediato e a manutenção do status quo, inundando o mercado com o que há de pior na literatura e nas indústrias do entretenimento. É um velho comportamento nacional, agora adaptado às exigências do mercado internacional de edição! Riquíssimo nas múltiplas e diversas culturas formadas pela colonização portuguesa (e também regionalmente francesa e holandesa em curtos períodos), pela imigração de povos diversos e pelos milhares de africanos negros trazidos como escravos, o país conviveu com o primado da oralidade até poucas décadas atrás, sendo a cultura escrita prerrogativa de elites economicamente bem situadas no quadro social. Essa formação peculiar do Brasil refletiu-se numa escolarização tardia das crianças e jovens e um ensino superior que somente pode ser chamado assim a partir de 1934. Ler e escrever eram em plena segunda metade do século XX, um privilégio de poucos. Com expressiva parcela da população ágrafa e desprovida de leitores em número significativo até poucas décadas atrás, o país produziu, contraditoriamente, uma literatura rica e diversificada, na qual mesmo a regionalidade se impôs muitas vezes como uma literatura de temática universal, embora siga desconhecida da maior parte dos leitores mundiais. A indústria editorial, como é concebida nos moldes europeus, começa a se afirmar no país apenas no pós-guerra, na segunda metade dos anos 40, fase que durou até o final dos anos 60, quando os militares e a elite civil impuseram um golpe que derrubou o Estado de direito e implantou uma ditadura que perdurou por mais de vinte anos [Ao leitor que quiser obter maior compreensão da história da edição brasileira recomendo o livro Impresso no Brasil – dois séculos de livros brasileiros, organizado por Aníbal Bragança e Márcia Abreu. São Paulo: Editora UNESP, 2010]. Naquela primeira fase a indústria editorial nascente se beneficiava de políticas originadas na década de 30, quando a formação do ensino universitário começava a se estruturar, e a educação e a cultura passavam a ser guiadas por ideias modernizadoras

e inclusivas, como o movimento da escola nova (de Anísio Teixeira, entre outros) ou o modernismo. Com um país de analfabetos, tivemos editoras excelentes, como a José Olympio e a Globo, além de autores refinados como Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos. Pontuada de contradições intrínsecas ao próprio Brasil, a cultura escrita começava a afirmar-se, abrindo caminhos entre uma elite dominante castradora e inculta, formando pequenas parcelas intelectualizadas que procuravam impor-se nesse cenário hostil. Os avanços da leitura e da escritura e de sua indústria editorial reproduziram imensas disparidades regionais num país de proporções territoriais mais afeitas a um continente. Assim, a modernidade tardia brasileira se distribuiu desigualmente no território, o que se nota até hoje quando, por exemplo, 60% das livrarias brasileiras estão concentradas na região sudeste e em apenas 600 das 5.565 cidades do país. Portanto, no caso brasileiro, mas também em outras nações latino-americanas, quando tratamos das manifestações tardias da cultura escrita, há um sucedâneo de atrasos de diversas modalidades e períodos. Ao mesmo tempo, ao atraso se sobrepõem as contradições e outros períodos controversos e superficialmente modernizadores. E levar isso em conta, no sentido dos efeitos adversos da “modernização conservadora”, como propôs Celso Furtado, é fundamental para compreender e analisar com consequência a conjuntura atual do livro e os seus desdobramentos futuros. Seja qual for o suporte da escritura, o Brasil e os países emergentes necessitam formar novos e verdadeiros leitores. Atingir esse objetivo é o que determinará o destino do livro em nossos países nos próximos anos. O que mais nos falta, o que verdadeiramente nos falta, são leitores, os novos e aqueles que precisamos reconduzir para a leitura. Trata-se de afirmar com seriedade, vontade política e controle social, políticas públicas de Estado que possam alcançar esse objetivo estratégico e de longo prazo. Muitos países estão fazendo esforços nos últimos anos, mas ainda estamos longe de resoluções firmes e duradouras que se caracterizem como decisões estratégicas de Estado, pactuadas com a sociedade. Talvez o passo ibero-americano mais significativo dos últimos anos tenha sido dado em muitos países desse bloco com o surgimento dos planos nacionais de leitura e o recente programa “Metas Educativas para 2021” patrocinado pela OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), mas ambos ainda estão em fase de implantação. Nos últimos quinze anos o Brasil deu passos fundamentais na escolarização, com o ensino universal para a absoluta maioria das crianças no Ensino Fundamental e a abertura das universidades para contingentes significativos de jovens que aspiram à formação superior. Mais uma vez, a indústria editorial navegou (e ainda navega) nesse crescimento; o ensino público e gratuito é responsável pelo faturamento, em média, de 40% a 45% de tudo que se vende nas editoras brasileiras. Desde agosto de 2006 o governo federal assumiu compromissos de traçar e implementar o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), liderado pelos ministérios da Cultura e da Educação. O país conta com um número estabilizado de leitores, mas a grande maioria ainda não tem a leitura como atividade cultural importante, apesar dos avanços inegáveis dos programas de democratização do acesso implementados principalmente nos três últimos anos do segundo governo do presidente Lula, multiplicando recursos e programas de acesso público à leitura. No entanto, o país cresce e acrescenta cidadania à pessoas até então totalmente excluídas dos bens culturais e que passam a reivindicar acesso e direitos. Contra a histórica exclusão social e econômica, acompanhamos a incorporação nos últimos oito anos de cerca de 30 milhões de pessoas que ascenderam à classe média. [O economista Fábio Araújo, consultor da Brain Bureau de Inteligência Corporativa, destacou que a classe C no Brasil já responde pela metade da população. Entre 2003 a 2009, a classe média saltou de 37% para 51% dos brasileiros, ou seja, de 66 milhões para 94 milhões de pessoas, graças a fatores como a expansão do emprego formal e os aumentos do salário mínimo. Leia mais aqui. Outros 6,3 milhões saíram da pobreza absoluta, a renda cresceu 28%, e a desigualdade caiu 5,6%, segundo dados recentemente divulgados pelo IPEA. Após a universalização do ensino, a meta educacional agora é trabalhar o aprimoramento da qualidade, conforme podemos verificar no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O Brasil vive tempos

potencialmente promissores, embalado por um crescimento econômico que está se mostrando sustentável, inclusive no longo prazo com as possibilidades dos recursos energéticos do petróleo encontrado na camada do “pré-sal” nas costas brasileiras. Em meio a esse cenário – no qual convivem investimentos públicos e privados em setores fundamentais para a cultura escrita, crescimento da indústria editorial (8,12% conforme os dados da pesquisa “Comportamento do Setor Editorial Brasileiro em 2010”), educação com enfoque estratégico para o desenvolvimento, programas de bibliotecas acessíveis –, o país passa a enfrentar, como o restante do mundo, o desafio da transformação dos suportes das escrituras. Essa migração do livro de Gutenberg para o que Chartier chamou de “textualidade eletrônica” traz não apenas os novos suportes que já fazem parte de nossa realidade, mas a necessidade de elaborar estudos que procurem compreender o desenvolvimento dessas formas diferenciadas da leitura e, inclusive, a requalificação e o reordenamento do que se entende por livro, leitura e autoria. A responsabilidade que devemos ter para formar leitores plenos deve levar em conta a necessidade de entendermos profundamente os benefícios e os prejuízos dessa tecnologia. Da rigorosa compreensão e das decisões tomadas pelo país a partir dessas conclusões se definirá se marcharemos para nos tornar uma nação de leitores ou não. Pressionados pelo bombardeio midiático e pela imposição do novo, o Brasil pode estar prestes a dar mais um de seus “saltos históricos”: passar de uma cultura baseada na oralidade para a escritura digital. Como no restante do mundo, aqui também a era digital se apresenta impositiva, dominada por grandes corporações e seus enormes interesses comerciais. Vamos nos submeter passivamente a essa imposição dos modos de ler dos conglomerados da indústria do entretenimento e pelos rumos ditados não pelos conselhos editoriais das antigas editoras que conhecemos, mas pelas tendências impostas pelos salões das bolsas de valores, como pontificou o histórico diretor da Feira do Livro de Frankfurt, Peter Weidhaas já há alguns anos? Não há saídas para esse cenário perverso? A revolução digital está encontrando governos, escritores, editores e livreiros, bibliotecários preparados para enfrentá-la adequadamente, tornando-a uma aliada para a necessária formação de um país leitor, única garantia que asseguraria o futuro do livro? O presente digital aponta para o crescimento ou o desaparecimento da leitura como parte importante na formação integral do futuro cidadão? E, afinal, o conjunto desse movimento transformador das formas de ler contribui ou desestimula a formação de um país com maior desenvolvimento social e melhor distribuição dos bens culturais aos seus cidadãos? A quem tudo isso favorece? Se entendermos que hoje temos uma multidiversidade de leitores que exigem suportes diversos, e isso implica não radicalizar ações editoriais para nenhum dos extremos do livro tradicional ou eletrônico, e se formos capazes de absorver com qualidade os novos meios, teremos a possibilidade de desenhar o futuro do livro. E por mais complexa que seja essa operação, seus resultados serão evidentes: ou ampliaremos/democratizaremos a literatura, a poesia, a divulgação científica e informacional, ou as confinaremos, mortas e inúteis, nos gadgets que alimentam a indústria do entretenimento. Dos passos que forem dados pelos Estados nacionais, pelas agências internacionais de cooperação, pela indústria editorial formada por editores comprometidos com seu labor original, com a devida pressão legítima da sociedade, é que saberemos para onde irá o futuro de nossa atividade de autores, editores, livreiros, bibliotecários e, claro, leitores! A boa notícia é que os criadores (artistas, poetas, escritores de todos os gêneros literários e de produção intelectual) não esperam a decisão da indústria ou mesmo dos governos. Num mundo globalizado, a adoção de formas de difusão e comunicação variadas e abrangentes insere diferentes atores sociais na arena mais ampla dos acontecimentos e do debate. Se os novos sistemas técnico-científico-informacionais foram pensados e estruturados pelos atores hegemônicos, não é demais lembrar que podem e estão sendo apropriados por diferentes outros atores (movimentos sociais, organizações não governamentais, governos de países que ocupam posição dependente neste sistema-mundo etc.). A apropriação do novo como instrumento de intervenção e profusão de seu trabalho artístico e intelectual já está em curso, principalmente nas periferias das metrópoles, nas mãos de jovens e

resistentes autores que fazem do livro tradicional, dos velhos saraus de poesia e da mídia eletrônica um instrumento de intervenção e resistência. Só na periferia de São Paulo – e lembro aqui apenas um deles, o movimento de poesia e literatura da Cooperifa –, milhares de jovens encontram-se semanalmente desde 2001 para atividades de leitura e expressão artística as quais nós, que somos da confraria do livro, pensávamos que não mais existisse. Absorvidos pela perplexidade das mudanças de suporte, nossa confraria ainda não percebeu, ou desdenha, que junto com as novas tecnologias, algo novo socialmente desponta. Até quando? * Texto originalmente apresentado no I Simpósio Internacional del Libro Electrónico, promovido pela CONACULTA, México, DF, em setembro/2011. Mesa intitulada “Uma visão do livro para os próximos anos”, compartilhada com Milagros Del Corral (Espanha), Néstor Garcia Canclini e Ricardo Nudelmann (México). Notícia retirada da Revista Digital Emília. Todas as alterações posteriores são de responsabilidade do autor.